



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

PROPOSTA DE PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS
- EXERCÍCIO 2020 -

São Paulo
Agosto de 2019



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

I. Fundamentação do Plano

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), de acordo com suas atribuições de gestora estadual da Política de Assistência Social, apresenta Proposta de **Plano de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) / PEP-SUAS** para o exercício de 2020.

Em linhas gerais, a Seds tem o papel de conduzir programas promotores de acesso e defesa de direitos e também de cofinanciar, monitorar, orientar, analisar e avaliar os resultados obtidos pelos municípios na área de assistência social, com foco nas demandas locais e nas deliberações dos órgãos de controle social no âmbito do SUAS e das políticas sobre Drogas e Segurança Alimentar.

O **Plano de Educação Permanente do SUAS (PEP-SUAS)** é produto do trabalho de coleta, classificação e execução das principais *necessidades de formação e capacitação* apontadas por gestores, servidores públicos e conselheiros estaduais e municipais, destinado à qualificação profissional de todos os atores envolvidos na gestão, execução e fiscalização da política pública do SUAS, bem como à melhoria dos serviços e benefícios ofertados aos usuários que acessam a rede socioassistencial e os programas referentes às políticas sobre drogas e segurança alimentar.

As *necessidades de formação e capacitação* de educação permanente são levantadas por meio do instrumental Quadro de Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), realizado anualmente com as 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) e as Coordenadorias e áreas da Seds, com a finalidade de coletar temas e demandas para a elaboração de ações formativas, considerando a capilaridade e o diálogo que as Drads mantêm com os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A execução do CapacitaSUAS no Estado de São Paulo, em 2016, que ofertou os cursos “Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS”, “Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS”, e “Indicadores para Diagnóstico do SUAS”, foi um marco que produziu um mapeamento das necessidades de formação de educação permanente dos municípios, com base nas discussões geradas em sala de aula.

O **Plano de Educação Permanente do SUAS (PEP-SUAS)** tem como documento norteador o Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo (PEAS), cujo objetivo mais amplo é “fortalecer a política estadual de assistência social em articulação com os municípios e promover o avanço na sua eficiência, eficácia e efetividade”. Dessa forma, deve contribuir para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com vistas a uma assistência social



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

voltada para o desenvolvimento social e comprometida com o enfrentamento das vulnerabilidades sociais no Estado de São Paulo.

O **PEP-SUAS** fundamenta-se, também, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), Resolução CNAS nº 210, de 2007, que define as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social, sobretudo, nas disposições que determinam capacitações para trabalhadores, gestores, conselheiros e dirigentes da rede socioassistencial.

Além dos documentos norteadores, esta proposta de **PEP-SUAS** obedece aos princípios estruturantes da Educação Permanente, tais como a interdisciplinaridade, descentralização e participação coletiva dos atores públicos e privados no processo de produção e difusão dos conhecimentos e competências para o desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas, gerenciais e fiscalizatórias que levem ao aprimoramento da gestão da política pública.

II. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

- A proposta de **Plano de Educação Permanente** tem como objetivo geral nortear e estabelecer as ações de formação e capacitação para a atuação dos trabalhadores do SUAS, dos gestores e conselheiros, nas funções essenciais do SUAS, de gestão, controle social e provimento de serviços, programas, projetos e benefícios, ressaltando o processo de trabalho como objeto de transformação e a intersetorialidade como a interface das políticas de assistência e desenvolvimento social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover o alinhamento entre as ações de Educação Permanente da Edesp e das áreas da Seds (Sede e Drads) com as propostas das instâncias de representação do Núcleo Estadual de Educação Permanente – NUEP SUAS-SP;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento Social

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

- Realizar diagnóstico sobre as dificuldades dos trabalhadores no cumprimento das dificuldades de suas atribuições e das competências profissionais necessárias para atendimento efetivo dos usuários, no âmbito das políticas de assistência social, drogas e segurança alimentar;
- Capacitar os trabalhadores do SUAS, gestores e agentes de controle social de organizações governamentais e não governamentais e das políticas intersetoriais sobre drogas e segurança alimentar, a fim de desenvolverem as competências e capacidades específicas para melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, bem como dos serviços das políticas intersetoriais;
- Promover a valorização e a especialização do quadro de pessoal por meio de ações de formação permanente e continuada que levem ao desenvolvimento profissional e à melhoria do desempenho laboral;
- Apoiar os gestores de equipe na viabilização de espaços (reuniões de equipe) e rotinas de trabalho que garantam a participação e proposição dos trabalhadores na resolução de problemas, a fim de implementação de ações de Educação Permanente;
- Potencializar os processos de trabalho com a integração das competências básicas, gerais e específicas dos atores da Assistência Social e das políticas sobre drogas e de segurança alimentar;
- Preparar, em parceria com o DRH, funcionários e servidores da Seds para o exercício de funções em cargos de gestão, bem como promover a iniciação ou adaptação funcional para funcionários da Seds, transferidos ou removidos;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

- Instituir um sistema próprio de monitoramento, avaliação e sistematização das ações a fim de alcançar as metas do Plano de Educação Permanente;
- Promover pesquisas, geração, apropriação e difusão do conhecimento visando à melhoria dos processos de trabalho, a fim de aprimorar as ações socioassistenciais e das políticas intersetoriais no Estado de São Paulo;
- Realizar, pelo menos 4 vezes por ano, reuniões do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (Suas) de São Paulo – NUPE SUAS / SP;
- Fomentar a criação dos Núcleos Regionais e Municipais de Educação Permanente.

III. Diagnóstico do Sistema Único de Assistência Social no Território

3.1 Contexto demográfico e socioeconômico

Aspectos demográficos e situação da população no Estado de São Paulo

Formado por 645 municípios, o Estado de São Paulo alcançou em 2018 uma população de mais de 43,9 milhões de habitantes, o que significa um acréscimo de mais de 1,7 milhão de pessoas em relação ao que foi registrado pelo Censo de 2010.

As mulheres representam a maior parte da população paulista. Estima-se que a população feminina é de 22,6 milhões de habitantes, enquanto que a população masculina é de 21,4 milhões de habitantes.

Mesmo apresentando incremento populacional, a tendência de desaceleração em seu ritmo de crescimento tem produzido impacto expressivo na evolução da população residente. Estima-se que, nos últimos cinco anos, a população paulista tenha crescido 0,87% ao ano, taxa inferior às registradas nos quinquênios 2000-2005 (1,18%) e 2005-2010 (1,01%), quando foram observados acréscimos maiores: 2,2 e 2,0 milhões de pessoas, respectivamente

Dinâmica demográfica regional

A análise da dinâmica demográfica regional no interior do Estado revela que, longe de ser homogênea, a tendência de crescimento apresenta-se muito



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

diferenciada entre as suas várias regiões. As concentrações populacionais, que se consolidaram ao longo do tempo no interior paulista, continuam sofrendo mudanças em decorrência de tendências demográficas regionais distintas.

A proporção de municípios pequenos é muito maior no Estado de São Paulo do que a de municípios grandes. No entanto, a maior parte da população se encontra concentrada nas grandes cidades, apresentando territórios com grande densidade demográfica e outros com pequenos grupos distribuídos em grandes áreas. Por outro lado, em 80% dos municípios paulistas com até 50 mil habitantes (pequenos portes 1 e 2), esta população representa menos de 16% do total do Estado. Já os municípios com população entre 100 mil e mais de 8 milhões representam apenas 12% dos municípios do Estado, porém concentram 75% dos habitantes.

Urbanização

Em 2012, 96,1% da população paulista residia em áreas urbanas, sendo que em três RAs esse índice situava-se abaixo de 90%: Sorocaba, Itapeva e Presidente Prudente. A RA de Registro apresentava a menor taxa de urbanização do Estado (72,0%). A RMBS detinha a maior taxa de urbanização do Estado, o equivalente a 99,8%.

Perfil etário

Há várias décadas, as mudanças nos padrões reprodutivos da população do Estado de São Paulo, a redução nos níveis de fecundidade e o aumento da expectativa de vida têm acarretado alterações importantes na estrutura etária dessa população. O Estado apresenta cada vez menor proporção de crianças e aumento da população adulta, principalmente de idosos. As pirâmides etárias de 2000 e 2010, com dados dos censos demográficos destes anos, respectivamente, mostram que essa tendência se mantém. Observa-se estreitamento da base da pirâmide, com proporção menor de grupos etários com menos de 15 anos, e alargamento do topo, que corresponde à maior participação dos idosos.

Em 2000, 26,3% dos habitantes do Estado de São Paulo concentravam-se nos grupos com menos de 15 anos, 19,4% nos de 15 a 24 anos, 45,4% nos de 25 a 59 anos e 9% no grupo dos idosos, ou seja, com 60 anos ou mais. Em 2012, diminuiu a participação dos grupos de menores de 15 anos, que passaram a responder por 20,7% do total estadual, e aumentaram as participações referentes ao segmento de 25 a 59 anos (50,7%) e aos idosos (12,2%). A população jovem, portanto, reduziu sua participação, respondendo por 16,4% do total estadual em 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

No Estado de São Paulo, o processo de envelhecimento da população pode ser acompanhado pelo aumento no índice de envelhecimento (proporção de pessoas de 60 anos ou mais por 100 indivíduos com menos de 15 anos), que passou de 53,9%, em 2010, para 58,9% em 2012. Entre as regiões do Estado, a RA de São José do Rio Preto é a que registra o maior índice de envelhecimento, de 86,0% em 2012, enquanto a que apresenta o menor índice de envelhecimento é a região de Itapeva (51,3%).

Por RAs do Estado, as projeções relativas à variação populacional por grupos etários para o período 2015-2020 (PPA 2016-2019) são as seguintes: redução do grupo etário de menos de 15 anos em todas as regiões, exceto em Campinas, São Paulo e Santos; em relação ao grupo de 15 a 29 anos, prevê-se redução em todas as regiões, exceto em Registro; todas as regiões terão acréscimos no grupo etário de 30 a 44 anos, também com exceção de Registro; todas as regiões, sem exceção, terão taxas crescentes no grupo de 45 a 64 anos, assim como naquele de 65 anos ou mais.

Contingente populacional de municípios

Os municípios com baixo contingente populacional continuam sendo maioria: dos 645 municípios paulistas, 513 têm menos de 50 mil habitantes. Borá mantém-se na posição de menor município do Estado, com apenas 808 habitantes – o único com população inferior a 1.000 pessoas –, e taxa de crescimento de 0,07% ao ano. Nove municípios apresentam população superior a 500 mil habitantes: São Paulo (11.580 milhões); Guarulhos (1.288 milhão); Campinas (1.134 milhão); São Bernardo do Campo (791 mil); Santo André (685 mil); Osasco (672 mil); São José dos Campos (672 mil); Ribeirão Preto (647 mil) e Sorocaba (623 mil).

Em 2012, 78,0% da população estadual estava concentrada em cinco regiões: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), RA de Campinas, RA de Sorocaba, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Nesse grupo de regiões, apenas a RMSP tinha diminuído, entre 2000 e 2012, sua participação na população do Estado, ao passar de 48,3%, em 2000, para 47,6%, em 2012. A RMBS praticamente não alterou seu peso relativo, enquanto as demais regiões do grupo aumentaram sua participação no total populacional estadual.

Componente migratório

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, o componente migratório da população paulista foi responsável por 11,1% de seu crescimento na primeira década deste século, bem menor que os 42,3% registrados entre 1970 e 1980, período de grande expansão migratória. O



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

último censo¹ mostrou que o Estado recebeu, entre 2005 e 2010, 10,6% a menos do número de migrantes da década anterior, provenientes predominantemente do Nordeste do país (56,7%) – com maior contribuição da Bahia (21,1%) e de Minas Gerais (16,4%).

Arranjos familiares

Em 2013, do total de arranjos familiares e unipessoais², cerca de 19,4% eram casais sem filhos e 43,9% casais com filhos. Este último grupo registrou redução de 13,7% em relação a 2004. Nos arranjos unipessoais, no Estado de São Paulo, 45,3% tinha o homem como referência e 54,7% tinham a mulher nesse papel.

A distribuição percentual dos arranjos unipessoais por grupo de idade estava em 0,5% para a faixa até 19 anos; 18% para a faixa de 50-59 anos; e alcançando 44,3% para 60 ou mais anos de idade, apontando para o crescimento de idosos que vivem sozinhos.

Escolaridade

A taxa de frequência escolar³ da população residente no Estado de São Paulo registrava, em 2013: na faixa etária de 6 a 14 anos no ensino fundamental, 93,3%; na faixa de 15 a 17 anos no ensino médio, 69,3%, a mais alta no país; e na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior, 18,1%.

Quanto à taxa média de escolarização da população, observa-se que 7,4% com mais de 25 anos não tem instrução alguma ou tem menos de um ano de instrução; crescendo para 15 anos ou mais de instrução, registravam-se 15,6%.

Educação infantil

Em 2012, a taxa de cobertura de crianças de 0 a 3 anos chegou a 30%, e 80% das crianças de 4 e 5 anos foram atendidas pelo Estado. Nesse mesmo ano, foram contabilizados os atendimentos, em milhões, 7.505 na pré-escola, 5.707 no ensino fundamental, 1.904 no ensino médio e 1.599 no ensino superior.

Segundo o censo escolar de 2013, o Estado atendeu 900 mil crianças em creches e 1 milhão na pré-escola, que representou um aumento de 5% dos atendimentos em creches e 3,5% na pré-escola.

O acesso a creches entre crianças mais pobres (renda domiciliar per capita menor que ¼ do salário mínimo) cresceu de 6% para 24% em 10 anos; já na pré-escola, entre os mais pobres, esta taxa teve elevação de 31% para 77%.

¹ Fonte: Fundação Seade, SP Demográfico, ano 12, n. 3, setembro 2012.

² Fonte: IBGE, 2014 – Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira.

³ Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Censo Escolar do Estado de São Paulo – Informe 2014.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

IV. Levantamento de Necessidades de Formação e Capacitação

O *Levantamento de Necessidades de Formação e Capacitação* é realizado, pela Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp), por meio da planilha **Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC)**, em dezembro de cada ano, a fim de coletar as demandas de ações formativas dos trabalhadores dos municípios e do Estado.

A cada ano, são coletados, aproximadamente, 24 temas gerais referentes a ações formativas com foco na educação permanente, preenchidos pelas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads), que tem capilaridade nos 645 municípios do Estado de São Paulo, e pelas coordenadorias e áreas da Seds.

LNC 2018 - Quadro geral de temas de formação e capacitação

Exemplos:

Acessuas
Bolsa Família
Recursos Humanos
Medidas socioeducativas
Prestação de contas
Proteção Social Básica – PSB
PAIF
Excel
Proteção Social Especial
Vigilância socioassistencial
Envelhecimento
CadÚnico e BPC
Prevenção do suicídio
Violência contra a mulher
Masculinidade saudável
Pessoa com deficiência
Álcool e drogas
Assistência social em situações de emergência e calamidade
Eradicação do trabalho infantil
1ª Infância
PMASWeb
Garantia de direitos
Segurança alimentar
Rede intersetorial de proteção



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

V. DEFINIÇÃO DAS AÇÕES de EDUCAÇÃO PERMANENTE

Objetivos Específicos	Ações / Atividades
✓ Promover o alinhamento entre as ações de Educação Permanente da Edesp e das áreas da Seds (Sede e Drads) com as propostas das instâncias de representação do Núcleo Estadual de Educação Permanente - NUPE SUAS-SP.	- Definir e publicizar o fluxo de trabalho da Edesp com as áreas da Seds para atender às demandas do Plano de Educação Permanente.
✓ Realizar diagnóstico sobre as dificuldades dos trabalhadores no cumprimento das dificuldades de suas atribuições e das competências profissionais necessárias para atendimento efetivo dos usuários, no âmbito das políticas de assistência social, drogas e segurança alimentar.	- Criar instrumentos de pesquisa e reuniões para levantamento das dificuldades dos trabalhadores frente às suas atribuições no âmbito do SUAS e das políticas sobre drogas e segurança alimentar.
✓ Capacitar os trabalhadores do SUAS, gestores e agentes de controle social de organizações governamentais e não governamentais e das políticas intersetoriais sobre drogas e segurança alimentar, a fim de desenvolverem as competências e capacidades específicas para melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, bem como dos serviços das políticas intersetoriais.	- Elaborar cronograma de capacitações para atender às demandas dos trabalhadores, gestores e conselheiros; - Buscar parcerias para viabilizar as ações de capacitação (instituições, palestrantes, especialistas, escolas de governo, universidades, entre outros); - Criar instrumentos de organização, registro, avaliação e certificação das ações de capacitação.
✓ Promover a valorização e a especialização do quadro de pessoal por meio de ações de formação permanente e continuada que levem ao desenvolvimento profissional e à melhoria do desempenho laboral;	- Viabilizar momentos e espaços de troca de experiências; - Apoiar iniciativas de autodesenvolvimento (especialização) dos trabalhadores; - Estimular a construção e revisão de planos de cargos e carreiras nas quais as ações de educação estejam alinhadas à evolução funcional.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

<p>✓ Apoiar os gestores de equipe na viabilização de espaços (reuniões de equipe) e rotinas de trabalho que garantam a participação e proposição dos trabalhadores na resolução de problemas, a fim de implementação das ações de Educação Permanente.</p>	<p>- Viabilizar reuniões sistemáticas com os gestores de equipe;</p> <p>- Criar instrumentos de gestão que viabilizam a participação dos membros da equipe;</p> <p>Estimular a criação de instrumentos de integração e troca de informações entre diferentes departamentos e coordenadorias.</p>
<p>✓ Potencializar os processos de trabalho com a integração das competências básicas, gerais e específicas dos atores da Assistência Social e das políticas sobre drogas e de segurança alimentar.</p>	<p>- Apoiar os gestores de equipe na definição de perfil dos membros da equipe, com base nas atribuições de cada cargo;</p> <p>- Buscar a alocação ótima dos servidores dentro órgão, alinhadas com suas competências (banco de talentos);</p> <p>- Identificar as potencialidades e competências de cada membro da equipe a fim de potencializar os processos de trabalho.</p> <p>- Propor estratégias de trabalho em equipe a fim de viabilização a integração das competências.</p>
<p>✓ Preparar, em parceria com o DRH, funcionários e servidores da Seds para o exercício de funções em cargos de gestão, bem como promover a iniciação ou adaptação funcional para funcionários da Seds, transferidos ou removidos.</p>	<p>- Promover capacitações voltadas ao tema de gestão e liderança;</p> <p>- Realizar reuniões com os gestores de equipe para apoiar a atuação no cargo de Gestão.</p> <p>- Realizar ações de integração (encontro e reuniões) dos funcionários: novos, transferidos ou removidos.</p>
<p>✓ Instituir um sistema próprio de monitoramento, avaliação e sistematização das ações a fim de alcançar as metas do Plano de Educação Permanente.</p>	<p>- Criar indicadores e instrumentos de monitoramento, avaliação e certificação.</p>
<p>✓ Promover pesquisas, geração, apropriação e difusão do conhecimento, visando à melhoria dos processos de trabalho, a fim de aprimorar as ações socioassistenciais e das políticas intersetoriais no Estado de São Paulo.</p>	<p>- Produzir publicações;</p> <p>- Divulgar e disseminar metodologias, pesquisas, estudos de casos, entre outros.</p>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

<ul style="list-style-type: none">✓ Realizar, pelo menos 4 vezes por ano, reuniões do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de São Paulo – NUEP SUAS / SP.	<ul style="list-style-type: none">- Criar instrumentos normativos do NUEP;- Elaborar o Plano Estadual de Educação Permanente de 2020, com base no projeto proposto pela Edesp / Seds.
<ul style="list-style-type: none">✓ Fomentar a criação dos Núcleos Regionais e Municipais de Educação Permanente.	<ul style="list-style-type: none">- Realizar reuniões de disseminação sobre a Política Nacional de Educação Permanente nos Municípios;- Realizar reuniões de apresentação da proposta do NUEP às Macrorregiões das Drads e aos Municípios.

VI. ORÇAMENTO

Recursos necessários

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) dispõe de uma equipe técnica na Seds e conta com instituições públicas ou privadas contratadas, conveniadas ou parceiras da Seds, no desenvolvimento de suas ações. Para realizar suas ações, a Escola deve alinhar as necessidades de capacitação com as possibilidades orçamentárias.

VII . Monitoramento e Avaliação

Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Plano de Capacitação

Os processos de capacitação têm um papel central nos fluxos de trabalho, surtindo efeitos em diferentes níveis de alcance de objetivos e no cumprimento de metas de qualificação dos profissionais e, conseqüentemente, dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais e das políticas correlatas. No atual paradigma da educação permanente, a capacitação é entendida como um fenômeno processual, já que a aprendizagem, assim como as demandas, visam à atualização permanente dos participantes.

Para a realização de Monitoramento e Avaliação das capacitações é necessário levar em conta seus efeitos quantificáveis verificados mediante observação de mudanças rotineiras na organização do trabalho. Dessa forma, a Edesp pretende desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação de processos e de resultados, que contará com uma série de indicadores padronizados e indicadores específicos a serem definidos pelas áreas diretamente envolvidas com a capacitação, bem como desenhados com a contribuições do NUEP SUAS SP.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social
Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

Além disso, as ações de capacitação serão avaliadas por meio de instrumental padronizado de reação a ser preenchido pelo trabalhador e pelo instrutor a cada ação de capacitação, e encaminhado para a área técnica responsável, que fará a análise desse material. A disseminação interna dessas informações visa propiciar a reflexão por parte da equipe da SEDS objetivando o monitoramento das ações e o aprimoramento dos programas de capacitação da Escola

Nesta **Proposta de Plano de Educação Permanente**, a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) pretende monitorar os processos de elaboração e execução das atividades pedagógicas e avaliar tanto o seu desempenho, quanto seus efeitos para os diversos públicos-alvo. Além disso, os membros da equipe viajarão para os locais do Estado onde estiverem acontecendo as ações formativas com o intuito de fazer o monitoramento.

Para o monitoramento dos processos de elaboração e execução das atividades pedagógicas por parte de parceiras e outras instituições congêneres designadas para realização operacional dessas atividades, a Edesp estabelecerá, em convênio de parceria, que tais operadoras deverão apresentar relatórios estatísticos de inscrição, frequência, audiência, além da realização do evento tal qual combinado em reuniões preparatórias entre as equipes técnicas envolvidas. Para a avaliação do desempenho pedagógico tanto dos educadores, quanto dos trabalhadores, a Edesp fará uso do modelo de “Formulário de Avaliação de Cursos, Palestras, Debates e Conferências”, bem como de outras ações de Educação Permanente que estiverem em curso, implantado os processos gerenciais de parcerias.

Objetivando garantir o cumprimento de todas as ações previstas no plano de Educação Permanente, a Edesp utilizará um “Diagrama de Gantt” que permite acompanhar a evolução dos processos de produção das diferentes ações e atividades desenvolvidas por diversos atores ao mesmo tempo. Desta forma, procura-se evitar atrasos no cronograma de execução.

A partir dos relatórios parciais e finais produzidos pelos operadores e planejadores das capacitações, serão avaliados os componentes comprometedores dos resultados, os indicadores de resultados, para então definir rearranjos, conforme as necessidades e situações (Formulário de Avaliação de Cursos, Palestras, Debates e Conferências).